

Terra produtiva fica fora da reforma agrária

O Centrão conseguiu excluí-la aprovando destaque ao texto vitorioso do relator Bernardo Cabral

GIVALDO BARBOSA



Satisfeita, a UDR carregou Caiado em triunfo

O Centrão perdeu no número de votos mas pelo regimento interno da Constituinte saiu vitorioso. O Destaque para Votação em Separado (DVS) apresentado pelo grupo recebeu apenas 253 votos favoráveis. A permanência do texto do relator Bernardo Cabral conseguiu um pouco mais — 267. Houve 11 abstenções. Esse resultado significou a retirada, do substitutivo de Cabral, do dispositivo que permitiria a desapropriação das propriedades produtivas que não cumprem sua função social. A banca progressista, liderada pelo senador Mário Covas, precisava de 280 votos para derrubar o DVS.

Antes que se chegasse a esses números houve de tudo: denúncias de fraude nas assinaturas do destaque apresentado pelo Centrão, com vários deputados tentando retirar seus nomes, e até um soco desferido pelo deputado Paulo Ramos (sem partido), que acabou acertando o ombro do deputado José Lourenço (PFL-BA). O clima emocional propiciou uma sessão tensa desde o início. As 17h15, logo depois de aprovado o substitutivo de Cabral, ressaltados os destaques, o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), pediu a impugnação do DVS, alegando que nessa fase ele seria um artifício antiregimental.

O deputado Ulysses Guimarães preferiu acatar a decisão da Mesa, colocando em votação o pedido de

requerimento — espécie de permissão do plenário para que sejam apreciados destaques em separado. O DVS "abre, escancara, uma porta que eu não poderia fechar nesse momento", disse Ulysses. Em seguida instalou-se verdadeira confusão em plenário, com o deputado Ibsen Pinheiro indo ao microfone declarar que votaria a favor do pedido de requerimento, "por ser democrático", ao mesmo tempo em que formulava um protesto contra a inclusão de seu nome nas assinaturas colhidas pelo Centrão. "Tenho consciência de que não assine!", falou.

Ulysses tentou passar por cima das questões de ordem levantadas: "Os favoráveis à proposição permaneçam como estão. Aprovado". Atento, o deputado José Genoino (PT-SP) pediu verificação dos votos pelo placar eletrônico. Brandão Monteiro voltou ao microfone para levantar "suspeição" sobre todas as assinaturas do documento do Centrão, de autoria do deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG). Nos 40 minutos que se seguiram, sete deputados acusaram o Centrão de falsidade ideológica.

Frente ao bate-boca instalado, com o deputado Amaral Neto acusando a esquerda de estar querendo protelar a votação, Ulysses tentava contornar a situação, afirmando por diversas vezes que os parlamentares poderiam reti-

rar seus nomes da lista e que as impugnações seguiriam até o fim. Se os signatários diminuíssem para menos de 187, o destaque seria rejeitado. O deputado Virgíldas de Senna (PMDB-BA) não ficou satisfeito — "vossa excelência está consolidando o estelionato". Aécio Neves, deputado do PMDB mineiro, "em nome da dignidade parlamentar", pediu para que retratasse seu nome. O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) exigiu verificação nominal.

Percebendo que os protestos não teriam fim, Ulysses desligou o microfone do plenário, deixando Paulo Ramos falando sozinho. Acalmados os ânimos veio a comunicação de voto das lideranças. Covas declarou sua discordância sobre o que vinha ocorrendo. Foi vaiado e se irritou: "Vou ser ouvido e ninguém vai me impedir de falar, nem o senhor" — disse, dirigindo-se a Ulysses Guimarães. Em seu discurso ele manteve o compromisso de apoiar o pedido de requerimento para o DVS do Centrão — "Mantenho o que disse, quem quiser me acompanhar, acompanhe".

Covas recomendou o voto sim mas fez duas ressalvas: a de que a liderança votaria a favor "mesmo com as irregularidades que não cabe a mim resolver" e "mantenho o que disse mesmo sendo totalmente contra o texto" em discussão.

EUGENIO NOVAES



Nas galerias, os agricultores ficaram pasmos diante da derrota final

Covas reluta em aceitar o DVS já prevendo derrota

O líder do PMDB e das esquerdas, Mário Covas, resistiu em aceitar o acordo que condicionava a aprovação do requerimento do DVS, pelo Centrão, até os últimos minutos antes da votação. Ele sustentou sem sucesso a tese de que o regimento não ampara o destaque para votação em separado em situações de buraco negro, mas acabou sendo convencido pelo presidente da Constituinte Ulysses Guimarães de que deveria apoiar o requerimento do Centrão, sob risco de não ser aprovado o texto base do relator Bernardo Cabral. "Contra a nossa interpretação o Doutor Ulysses decidiu conceder o DVS ao Centrão. Ai começou a nossa derrota", observou o deputado Antônio Brito.

Por volta de 15 horas o presidente Ulysses Guimarães chegou ao Congresso, dando início a uma série de reuniões em seu gabinete, ainda para definir a polêmica questão do DVS. Até este momento as esquerdas ainda não haviam decidido se aceitavam ou não apoiar a aprovação do requerimento do Centrão. Havia duas alternativas: se se decidissem pelo entendimento, praticamente estaria garantida a aprovação do texto do relator e do requerimento do DVS. Indo para decisão de voto apenas o mérito do destaque. A outra hipótese seria a não aceitação da proposta de entendimento, o que colocaria em risco inclusive o texto do relator, com a possibilidade do buraco branco.

O primeiro encontro do presidente Ulysses Guimaraes

foi com o relator Bernardo Cabral. Em seguida, integraram-se à reunião os representantes do Centrão, Ricardo Fiúza (PFL/PE), Paes Landin (PFL/PI), Luis Roberto Ponte (PMDB/RS), Inocência de Oliveira (PFL/PE) e o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso. Na saída Fiúza confirmou que tudo estava acertado para a votação, inclusive a garantia de Ulysses de que o DVS seria concedido.

Restava apenas convencer o líder Mário Covas a apoiar o DVS do Centrão. Designado pelo presidente, o próprio relator se encarregou de ir até o plenário em busca do líder. A conversa foi rápida e Covas ainda saiu relutante se seria a atitude mais acertada, já que continuava contestando a validade dos destaques para votação em separado.

Chegando ao plenário ele convocou todos os líderes do PMDB para discutir e avaliar a conversa com o presidente Ulysses Guimarães, que o pressionava no sentido de ceder à proposta do Centrão. Ao final de quase meia hora de ponderações, Covas subiu à Mesa e comunicou que aceitaria apoiar o requerimento do DVS, uma vez que não tinha se negado a votar nenhum destaque até agora. Contra a decisão do líder peemedebista, isolaram-se o PDT, PT, PCB, PSB e FC do B, que anunciaram a decisão de votar contra o requerimento centrista.

Para Freire, houve fraude na votação

"Meu pai morreu defendendo a reforma agrária neste País. Como eu iria assinar um destaque proibindo a desapropriação?" Indignado com a inclusão, que qualificou de fraudulenta, de seu nome em um destaque do Centrão, o deputado Luiz Freire (PMDB-PE), filho do ex-ministro Marcos Freire, informou ontem que estudará os meios regimentais para anular as votações do requerimento de destaque e do destaque que suprimiu a possibilidade de desapropriação de propriedade produtiva. Vários outros constituintes reclamaram da tribuna a inclusão de seus nomes em um dos dois destaques do Centrão sobre a matéria.

Um dos que protestaram foi o deputado Aécio Neves (PMDB-MG), cujo nome figurou nos dois destaques. O deputado pediu ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), a apuração do fato, que em sua opinião "macula toda a Constituinte, ficando fraudada a votação". Ele garante que assinou apenas a proposta do líder do PMDB, Mário Covas (SP) e que não subscreeu nenhuma lista em branco e nem qualquer autorização para destaque do Centrão.

Para ser apresentado, um destaque precisa ter 187 assinaturas. Um dos destaques do Centrão tinha 210, e o outro 199. Ao não aceitar as queixas dos que alegaram terem sido incluídos como favoráveis aos destaques indevidamente, Ulysses Guimarães baseou-se na interpretação de que excluídos tais nomes, ainda assim os destaques tinham número suficiente das assinaturas.

"Dr. Ulysses tomou a decisão errada" — disse Luiz Freire, para quem os destaques estão sob suspeita. "Se o documento tem uma assinatura falsa, já há vício" — acrescentou o deputado. Para Luiz Freire, mantida a validade das duas votações, "toda a credibilidade da Constituinte e da classe política está comprometida e submetida aos interesses dos senhores de terras".

Entre os constituintes que teriam tido seus nomes indevidamente registrados no destaque do Centrão também estavam Ziza Valadares (PMDB-MG), Celso Dourado (PMDB-BA), José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro (RS), Roberto Brant (PMDB-MG), Fábio Feldman (PMDB-SP), José Maria Eymael (PDC-SP) e Rita Camata (PMDB-ES).

Ruralistas vibram com vitória

Com gritos de "Brasil, Brasil" e o Hino Nacional cantado de mãos dadas, os proprietários que encheram as galerias comemoraram a vitória dos interesses da UDR ao final da sessão de ontem. Num clima de empolgação que beirava a histeria, dezenas de membros da UDR cercaram o líder da entidade, Ronaldo Caiado, assim que o painel eletrônico registrou a rejeição definitiva do dispositivo permitindo a desapropriação de terras que não cumprem sua função social. A apoteose da comemoração aconteceu na rampa do Congresso, quando Caiado foi levado embora nos braços dos seus companheiros.

Ronaldo Caiado, o centro das atenções, chegou ao plenário às 15h50m e em momento algum perdeu o ar conflante de antecipada comemoração. Embora nervoso, balançando as pernas durante toda a sessão, ele manteve o sorriso, reagiu com ironia aos ataques que a esquerda fez às suas teses e ao final da última votação, suando muito, disparou: "Esta é a maior vitória já conseguida até agora pela agricultura neste País. Vamos formar um bloco monolítico que superará todas as dificuldades", prometeu.

Depois da comemoração em estilo cívico-patriótico com que a UDR saudou sua vitória, Caiado puxou pessoalmente um coro de exaltação aos parlamentares que tiveram papel-chave nesse. O primeiro lembrado foi o deputado e ex-ministro da Agricultura Alysso Paulinelli (PFL-MG), autor do destaque para retirar do substitutivo de Cabral o trecho que falava sobre desapropriação. Depois de Paulinelli foram lembrados Rosa Prata (PMDB-MG), Cardoso Alves (PMDB-SP), José Lourenço (PFL-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Gastone Righi (PTB-SP).

Desde o início da sessão, o clima das galerias era francamente favorável aos proprietários rurais. Dos 1 mil 200 lugares, cerca de 700 foram ocupados por membros e simpatizantes da UDR. Aos representantes dos sem-terra e trabalhadores na agricultura restaram não mais que 50 lugares, o máximo de senhas conseguidas pelos parlamentares ligados a estes grupos.

O presidente da CUT, Jair Meneghelli, entrou nas galerias pouco depois de Caiado, às 16 horas. Portanto uma senha especial, Meneghelli tentou convencer os seguranças das gale-

rias de permitirem a entrada de outros seis líderes sindicais que o acompanhavam, sem sucesso. Com a expressão séria, Meneghelli externou suas expectativas em relação ao desenlace das votações sobre reforma agrária: "Eu particularmente não tenho nenhuma ilusão com isso. Nossa torcida hoje é pelo menos ruim, mas qualquer que seja o resultado a luta pela terra vai continuar".

Os quase duzentos trabalhadores rurais que vieram do Brasil inteiro especialmente para assistir a votação e não conseguiram entrar nas galerias concentraram-se numa das entradas que dá acesso ao plenário desde o início da tarde. Num corredor polonês que a segurança reforçada não pôde evitar, os trabalhadores acompanharam a entrada dos parlamentares com vaias e palmas.

O deputado Cardoso Alves (PMDB-SP), latifundiário, enfrentou o corredor polonês, mas com a cabeça baixa e caído. O líder da UDR, Ronaldo Caiado, não teve a mesma coragem. Apesar de estar no corredor das comissões da Câmara, na secretaria do Centrão, preferiu dar uma longa volta para chegar até as galerias.